

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º Andares - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: (55 21) 3263-7000
ey.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Normativa no. 605, de 11 de março de 2014.

Base de elaboração das demonstrações contábeis

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

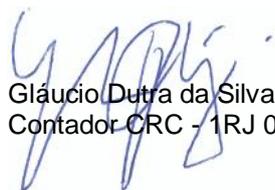
Outros assuntos

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 16 de março de 2016.

As demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/F-6



Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.832	5.075
Concessionárias e permissionárias	7	4.624	4.081
Estoques		2.967	2.090
Adiantamento a fornecedores		415	495
Impostos a recuperar	8	4.793	3.266
Outros ativos não circulantes		109	102
		22.740	15.109
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	8	-	3.030
Outros ativos não circulantes		39	15
Imobilizado não vinculado à concessão		702	745
Imobilizado	9	256.683	266.751
Intangível	10	1.245	1.251
		258.669	271.792
Total do ativo		281.409	286.901

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		380	675
Fornecedores - partes relacionadas	20	13	15
Empréstimos - partes relacionadas	11	16.349	11.147
Impostos e contribuições sociais		1.603	1.619
Taxas regulamentares	12	1.479	1.003
Dividendos propostos	14	7.558	7.558
Outros passivos circulantes		1.569	1.426
		<u>28.951</u>	<u>23.443</u>
Passivo não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	11	128.380	98.612
Compensação ambiental		22	-
Provisão para contingência	13	193	160
Outros passivos não circulantes		1.319	686
		<u>129.914</u>	<u>99.458</u>
Patrimônio líquido			
Capital social		195.300	195.300
Prejuízo acumulado		(72.756)	(31.300)
	14	<u>122.544</u>	<u>164.000</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>281.409</u></u>	<u><u>286.901</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u> <u>(não auditado)</u>
Receita operacional líquida	15	35.253	29.060
Custo da operação	16	<u>(15.092)</u>	<u>(11.066)</u>
Lucro bruto		20.161	17.994
Despesas gerais e administrativas	17	(8.606)	(13.496)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>4</u>	<u>125</u>
Lucro antes das receitas financeiras		11.559	4.623
Resultado financeiro	18	<u>(53.015)</u>	<u>(18.570)</u>
Receita financeira		18.476	14.659
Despesa financeira		(71.491)	(33.229)
Prejuízo do exercício		<u>(41.456)</u>	<u>(13.947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Prejuízo do exercício	(41.456)	(13.947)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>(41.456)</u>	<u>(13.947)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	175.300	1.357	9.942	(28.652)	157.947
Prejuízo do exercício (não auditado)	-	-	-	(13.947)	(13.947)
Integralização de Capital (não auditado)	20.000	-	-	-	20.000
Absorção de prejuízo acumulado (não auditado)	-	(1.357)	(4.397)	5.754	-
Reversão do saldo de ajuste de avaliação patrimonial (não auditado)	-	-	(5.545)	5.545	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	195.300	-	-	(31.300)	164.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	(41.456)	(41.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	195.300	-	-	(72.756)	122.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)
Atividades operacionais:		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício antes dos impostos	(41.456)	(13.947)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Juros e variações cambial sobre empréstimos	54.218	19.095
Depreciação e amortização	9.906	6.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157)	185
Provisão para contingências	33	160
Concessionárias e permissionárias	(387)	(995)
Estoques	(877)	(1.133)
Impostos a recuperar	1.504	6.817
Adiantamentos a fornecedores	64	3.585
Outros ativos	(16)	6.472
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(303)	215
Tributos e contribuições sociais	1.552	3.756
Taxas regulamentares	476	297
Outros passivos	739	231
Juros pagos	(4.656)	(3.527)
Impostos pagos	(1.544)	(4.516)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	19.096	23.350
Atividades de investimento:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.360)	(62.571)
Baixa de imobilizado e intangível	1.612	28.902
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	252	(33.669)
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	-	20.000
Empréstimos captados	-	118.685
Empréstimos pagos	(14.591)	(135.972)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(14.591)	2.713
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.757	(7.606)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.075	12.681
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.832	5.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:

- a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km.
- b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifas de uso do sistema de transmissão (TUST). As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$17.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IPCA e válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$29.079 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$38.564 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3. Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, a ANEEL.

No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 16) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 15). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 167. Também houve alteração dos impostos referentes a folha de pagamento, que foi apresentado em outros passivos circulantes em 2014 e em 2015 foi classificado para impostos a pagar no montante de R\$ 226. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas DCRs.

As DCRs apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 15 de abril de 2016.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

2.1. Estimativas e premissas

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas Resolução vigente emitida pela

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 9 – Imobilizado e nota explicativa 10 – Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unificados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Resumo das principais práticas contábeis (regulatórias e societárias)

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

4.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4.6. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCRs tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

4.9. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

O saldo e caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

5. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	<u>Regulatório</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Societário</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Regulatório</u> <u>31/12/2014</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Ajustes</u> <u>31/12/2014</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Societário</u> <u>31/12/2014</u>
Ativo						
Ativo circulante	22.740	(33.092)	55.832	15.109	(26.974)	42.083
Caixa e equivalentes de caixa	9.832	-	9.832	5.075	-	5.075
Concessionárias e permissionárias	4.624	-	4.624	4.081	-	4.081
Adiantamentos a fornecedores	415	-	415	495	-	495
Impostos a recuperar	4.793	-	4.793	3.266	-	3.266
Estoques	2.967	-	2.967	2.090	-	2.090
Ativo financeiro Amortizável	a	(33.092)	33.092	-	(26.974)	26.974
Outros ativos circulantes	109	-	109	102	-	102
Ativo não circulante	258.669	18.682	239.987	271.792	24.984	246.808
Impostos a recuperar	-	-	-	3.030	-	3.030
Contas a receber - ativo financeiro Amortizável	a	(239.184)	239.184	-	(241.774)	241.774
Outros ativos não circulantes	39	-	39	15	-	15
Imobilizado não vinculado à concessão	702	-	702	745	-	745
Imobilizado	t	256.683	256.680	266.751	266.748	3
Intangível	t	1.245	1.186	1.251	10	1.241
Total de ativos	281.409	(14.410)	295.819	286.901	(1.990)	288.891

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Regulatório</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Ajustes</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Societário</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Regulatório</u> <u>31/12/2014</u> (não auditado)	<u>Ajustes</u> <u>31/12/2014</u> (não auditado)	<u>Societário</u> <u>31/12/2014</u>
Passivo						
Passivo circulante	28.951		28.951	23.443		23.443
Fornecedores terceiros	380	-	380	675	-	675
Fornecedores partes relacionadas	13	-	13	15	-	15
Empréstimos com partes relacionadas	16.349	-	16.349	11.147	-	11.146
Tributos e contribuições sociais	1.603	-	1.603	1.619	-	1.619
Taxas regulamentares	1.479	-	1.479	1.003	-	1.003
Dividendos propostos	7.558	-	7.558	7.558	-	7.558
Outros passivos circulantes	1.569	-	1.569	1.426	-	1.427
Passivo não circulante	129.914	(4.824)	134.738	99.458		99.458
Empréstimos com partes relacionadas	128.380	-	128.380	98.612	-	98.612
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	-	22	-	-	-
Provisão para contingências	193	-	193	160	-	160
Tributos diferidos	-	(4.824)	4.824	-	-	-
Outros passivos não circulantes	1.319	-	1.319	686	-	686
Patrimônio líquido	122.544	(9.586)	132.130	164.000	(1.990)	165.990
Capital social	195.300	-	195.300	195.300	-	195.300
Prejuízo acumulado	(72.756)	(9.586)	(63.170)	(31.300)	(1.990)	(29.310)
Total do passivo e do patrimônio líquido	281.409	(14.410)	295.819	286.901	(1.990)	288.891

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2014</u>
				(não auditado)	(não auditado)	
Receita operacional líquida	35.253	(3.527)	38.780	29.060	3.210	25.850
Custo da operação	(15.092)	(8.893)	(6.199)	(11.066)	26.727	(37.793)
Lucro bruto	20.161	(12.420)	32.581	17.994	29.937	(11.943)
Despesas gerais e administrativas	(8.606)	-	(8.606)	(13.496)	-	(13.496)
Outras (despesas) / receitas operacionais	4	-	4	125	-	125
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	11.559	(12.420)	23.979	4.623	29.937	(25.314)
Resultado financeiro	(53.015)	-	(53.015)	(18.570)	-	(18.570)
Receita financeira	18.476	-	18.476	14.659	-	14.659
Despesa financeira	(71.491)	-	(71.491)	(33.229)	-	(33.229)
Resultado antes dos impostos	(41.456)	(12.420)	(29.036)	(13.947)	29.937	(43.884)
Imposto de renda e contribuição social	-	4.824	(4.824)	-	(8.820)	8.820
Prejuízo do exercício	(41.456)	(7.596)	(33.860)	(13.947)	21.117	(35.064)

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a) Ativo financeiro amortizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo nas demonstrações financeiras societárias.

Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

A aplicação dessa norma ocorre apenas no balancete societário visto que Órgão Regulador não adota esse pronunciamento. A adoção dessas normas gera impacto nas demais linhas do balanço.

b) Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo financeiro amortizável e indenizável de acordo com as determinações do ICPC 01 (R1) e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c) Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d) Receita

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

As receitas de operação e manutenção, receita de construção e remuneração dos ativos financeiros são registradas baseadas na adoção do ICPC 01(R1) nas demonstrações financeiras societária. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e) Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bancos	241	228
Aplicações financeiras	9.591	4.847
	<u>9.832</u>	<u>5.075</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

7. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
A vencer	4.177	3.985
Vencidas até 30 dias	10	13
Vencidas até 60 dias	17	15
Vencidas até 90 dias	27	11
Vencidas até 120 dias	12	12
Vencidas até 180 dias	381	45
Vencidas há mais de 180 dias	54	212
	<u>4.678</u>	<u>4.293</u>
(-) PCLD	(54)	(212)
	<u>4.624</u>	<u>4.081</u>

Em função do giro das contas a receber em curto prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2015:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo em 1º de janeiro	(212)	(27)
Reversão	158	-
Adição	-	(185)
Saldo em 31 de dezembro	<u>(54)</u>	<u>(212)</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

8. Impostos a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Circulante		
IR s/ aplicações financeiras	150	161
IRPJ	3.059	1.978
CSLL	1.487	1.024
Outros	97	103
	<u>4.793</u>	<u>3.266</u>
Não circulante		
PIS	-	540
COFINS	-	2.490
	<u>-</u>	<u>3.030</u>

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9. Imobilizado

9.1. Mapa de movimentação do ativo imobilizado

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo imobilizado em serviço	(não auditado)								
Transmissão	232.783	-	-	19.432	252.215	19.432	(47.163)	205.052	195.436
Terrenos	116	-	-	-	116	-	-	116	116
Edificações e benfeitorias	6.326	-	-	127	6.453	127	(1.637)	4.816	4.947
Máquinas e equipamentos	226.027	-	-	19.202	245.229	19.202	(45.258)	199.971	190.243
Veículos	168	-	-	121	289	121	(202)	87	59
Móveis e utensílios	146	-	-	(18)	128	(18)	(66)	62	71
Ativo imobilizado em curso	71.312	1.360	(1.612)	(19.432)	51.628	(19.684)	-	51.628	71.312
Máquinas e equipamentos	13	21	-	(5)	29	16	-	29	13
Outros	71.299	1.339	(1.612)	(19.427)	51.599	(19.700)	-	51.599	71.299
Administração	3	-	-	-	3	-	-	3	3
Máquinas e equipamentos	3	-	-	-	3	-	-	3	3
	71.315	1.360	(1.612)	(19.432)	51.631	(19.684)	-	51.631	71.315
	304.098	1.360	(1.612)	-	303.846	(252)	(47.163)	256.683	266.751

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.2. Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					(não auditado)
Transmissão	4,61%	252.215	(47.163)	205.052	195.436

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração	
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

9.3. Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2015

<u>Adições do ativo imobilizado em curso</u>	<u>Material e equipamentos</u>	<u>Total</u>
Máquinas e equipamentos	20	20
Veículos	46	46
Material em depósito	18	18
Compras em andamento	1.023	1.023
Outros	253	253
	<u>1.360</u>	<u>1.360</u>

9.4. Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2015

<u>Descrição do bem</u>	<u>Grupo</u>	<u>Valor</u>
AIS RBNI Res. 2135/2009	Maquinas e equipamentos	18.980
AIS RBNI Res. 2135/2009	Maquinas e equipamentos	197
AIS RBNI Res. 2135/2009	Edificações	127
Mitsubshi	Veículos	75
Palio Weekend Attractive	Veículos	46
Condicionador de ar	Maquinas e equipamentos	5
AIS RBNI Res. 2135/2009	Móveis e utensílios	2
		<u>19.432</u>

9.5. Principais baixas do ativo imobilizado em serviço em 2015

As baixas feitas no exercício de 2015 foram consumo de itens classificados em material em depósito.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10. Intangível

10.1. Mapa de movimentação do ativo intangível

	Valor bruto em 31/12/2014	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor bruto em 31/12/2015	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Amortização acum.	Valor líquido em 31/12/2015	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo intangível em serviço	(não auditado)							(não auditado)	
Transmissão	1.183	-	-	-	1.183	-	(12)	1.171	1.172
Servidões	1.166	-	-	-	1.166	-	-	1.166	1.166
Softwares	17	-	-	-	17	-	(12)	5	7
Administração	-	-	-	63	63	63	(4)	59	-
Softwares	-	-	-	63	63	63	(4)	59	-
	1.183	-	-	63	1.246	63	(16)	1.230	1.172
Ativo intangível em curso									
Transmissão	15	-	-	-	15	-			
Softwares	15	-	-	-	15	-			
Administração	63	-	-	(63)	-	(63)			
Softwares	63	-	-	(63)	-	(63)			
	78	-	-	(63)	15	(63)			
Ativo Intangível	1.261	-	-	-	1.261	-			

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

10.2. Taxas de amortização

	Taxas anuais médias de amortização (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	20,00%	1.183	(12)	1.171	1.172

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

11. Empréstimos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Frequência pgto de juros	Data próx. Pgto de juros	Frequência da amortização	Data próx. amortização	Sistemática da amortização	Garantidor	Encargos	2015	2014
State Grid International Development Limited (SGID) (i)	12/2013	09/2024	Semestral	20/01/2016	Semestral	20/01/2016	SAC	N/A	Libor + 2,85% a.a	144.729	109.759
										144.729	109.759
Circulante										16.349	11.147
Não circulante										128.380	98.612
									(ii)	144.729	109.759

(i) A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico.

(ii) No exercício de 2015 houve aumento do saldo em função basicamente do aumento da taxa do dólar em 31 de dezembro de 2015, cotada em USD 3,9048 por real comparado em taxa e USD 2,6562 em 31 de dezembro de 2014. Na nota explicativa 19 apresentamos os montantes referentes à perda de variação cambial.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2016	16.349
2017	16.217
2018	16.216
2019	16.217
2020 - 2024	79.730
	144.729

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

12. Taxas regulamentares

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Reserva global de reversão (RGR) <i>(i)</i>	218	94
Taxa de fiscalização (TFSEE) <i>(ii)</i>	299	177
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) <i>(iii)</i>	962	732
	<u>1.479</u>	<u>1.003</u>

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto n.º 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas):

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Trabalhista	193	160
	<u>193</u>	<u>160</u>

Contingências possíveis (não provisionadas):

A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 11 de dezembro de 2014 foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$20.000.000,00. A aprovação do aumento de capital ocorreu no dia 17 de novembro de 2014 através de AGE.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$195.300.000,00 dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2015 e 2014</u>
SGBH.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido societário do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido societário após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Receita operacional bruta	40.459	33.463
Receita rateio de antecipação	2.255	1.437
Receita de encargos de transmissão	21.544	20.534
Receita de novas obras RBNI	10.259	4.686
Recuperação de Pis e Cofins	3.717	2.997
Receita rede de fronteira	3.753	3.623
Receita de CCT	1.484	1.591
Parcela ajuste do ciclo anterior	(2.061)	(1.087)
Indisponibilidade de equipamentos	(492)	(318)
Deduções da receita operacional	(5.206)	(4.403)
PIS	(668)	(554)
COFINS	(3.075)	(2.554)
ISS	-	(1)
P&D	(353)	(289)
RGR	(1.011)	(837)
TFSEE	(99)	(168)
	<u>35.253</u>	<u>29.060</u>

16. Custo da operação

	<u>2015</u>	<u>2014</u> (não auditado)
Pessoal	(4.539)	(4.459)
Material	(112)	1.212
Serviços de terceiros	(249)	(334)
Arrendamentos e aluguéis	(37)	(7)
Seguros	(73)	(80)
Tributos	(5)	(31)
Depreciação e amortização	(9.818)	(6.595)
Gastos diversos	(259)	(772)
	<u>(15.092)</u>	<u>(11.066)</u>

(i) Do valor apresentado, R\$ 1.277 refere-se a ganho de inventário físico no exercício de 2014.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Pessoal	(2.741)	(2.361)
Administradores	(1.636)	(1.578)
Material	(6)	(2)
Serviços de terceiros	(498)	(426)
Arrendamentos e aluguéis	(152)	(163)
Provisões / reversão	(400)	(1.030)
Recuperação de despesas	(673)	-
Tributos (i)	(2.283)	(7.876)
Outras	(217)	(60)
	<u>(8.606)</u>	<u>(13.496)</u>

(i) A Administração da Companhia aprovou a baixa de R\$ 7.070 em 2014 e R\$ 2.260 em 2015 referente a PIS e COFINS, visto que não havia previsão de utilização dos créditos apresentados.

18. Resultado financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita financeira	<u>18.476</u>	<u>14.659</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.403	643
Variações cambiais ativas (nota explicativa 11)	17.006	13.965
Outras receitas financeiras	67	51
Despesa financeira	<u>(71.491)</u>	<u>(33.229)</u>
Variações cambiais passivas (nota explicativa 11)	(66.847)	(29.658)
Juros sobre empréstimos - terceiros	-	(2.881)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (nota explicativa 11)	(4.376)	(522)
Outras despesas financeiras	(268)	(168)
	<u>(53.015)</u>	<u>(18.570)</u>

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	9.832	5.075
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Adiantamentos a fornecedores		415	495
Concessionárias e permissionárias	7	4.624	4.081
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	2015	2014
Empréstimos - partes relacionadas	11	144.729	109.759
Fornecedores - terceiros		380	675
Fornecedores - partes relacionadas	20	13	15

19.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2015. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2015	-5%	5%
Empréstimos	144.729	(7.236)	7.236

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao NOS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

20. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1 Passivo

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores <i>(i)</i>	13	15
Dividendos propostos (nota explicativa 14)	7.558	7.558
Empréstimos com SGID (nota explicativa 11)	144.729	109.759

20.2 Resultado

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesa de Aluguel <i>(i)</i>	(94)	(66)
Despesa com juros de empréstimos (nota explicativa 11)	(4.376)	(522)

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores se referem a despesas de aluguel junto a SGBH.